



Políticas e Diretrizes de Investimentos 2025-2031

Plano 1

Divulgação aos participantes

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA.....	4
2. INTRODUÇÃO.....	4
3. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES ASGI.....	4
4. DIRETRIZES GERAIS.....	13
5. PREMISA BÁSICA.....	15
6. ÍNDICE DE REFERÊNCIA.....	15
7. MACROALOCAÇÃO.....	15
8. OBJETIVOS PARA CADA SEGMENTO DE INVESTIMENTO.....	16
9. SEGMENTOS DE INVESTIMENTO.....	17
10. LIMITES DE ALOCAÇÃO.....	18
11. QUADRO RESUMO DOS PERFIS.....	20
12. DIRETRIZES PARA OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS.....	20

13. GLOSSÁRIO.....	21
--------------------	----

1. MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

As Políticas e Diretrizes de Investimentos da Previ são revisadas anualmente e construídas para um horizonte de sete anos. Em relação à Política de Investimentos 2025-2031, destaca-se a atualização das métricas de risco, retorno e macroalocação, além do fortalecimento do foco da atuação ASGI da Previ em suas estratégias corporativas e na filosofia de investimentos dos planos de benefícios.

Os Princípios e Diretrizes ASGI perpassam as estratégias de investimentos da instituição, de modo a nortear os critérios de alocação de recursos, alinhados com as premissas e a maturidade de cada plano em suas respectivas necessidades de retorno, liquidez e apetite a risco.

Reforça-se que a atualização dos Princípios e Diretrizes ASGI tem por objetivo robustecer os critérios de alocação de recursos e o seu alinhamento com o dever fiduciário da Previ, em consonância com o propósito de cuidar do futuro das pessoas, com a missão de garantir o pagamento de benefícios e prover soluções que proporcionem proteção aos associados e seus familiares, de forma integral, segura e sustentável.

2. INTRODUÇÃO

A elaboração das políticas de investimentos dos planos de benefícios da Previ está fundamentada pela Resolução CMN nº 4.994/22, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar - EFPC.

As bases conceituais das políticas de investimentos têm como referência os princípios da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, adequação à natureza de suas obrigações e transparência, elencados no inciso I do artigo 4º da referida Resolução, bem como em legislações complementares.

3. PRINCÍPIOS DE DIRETRIZES ASGI

A Previ, como signatária dos Princípios para o Investimento Responsável - PRI, do Pacto Global das Nações Unidas, da iniciativa Investidores pelo Clima (IPC), investidora membro do *Carbon Disclosure Project* - CDP e filiada ao Instituto

Ethos, adota práticas Ambientais, Sociais, de Governança Corporativa e de Integridade (ASGI) e atua junto a todos os seus públicos de relacionamento, visando promover um ambiente de sustentabilidade na condução dos seus negócios e a integração do sistema das EFPCs na busca por uma sociedade mais justa e sustentável.

Em sintonia com o seu propósito e a sua missão e em linha com a necessidade de manter e desenvolver estratégias de longo prazo, a Previ entende que a busca pela rentabilidade dos planos que administra deve estar alinhada aos Princípios e às Diretrizes ASGI, bem como aos Investimentos Responsáveis. Desta forma, estabelece como eixos fundamentais uma atuação corporativa com as seguintes diretrizes:

Ambiental: apoiar a busca por retornos sustentáveis ajustados ao risco ambiental de longo prazo, notadamente em relação às mudanças climáticas e à transição energética. Neste sentido, a Previ entende que os investidores institucionais devem estar atentos aos desafios para a mitigação de externalidades negativas nos modelos de produção vigentes e estimular iniciativas para uma transição energética com redução da pegada de carbono. Neste contexto, são premissas do eixo de proteção ambiental, nos modelos de negócios e investimentos, as estratégias de mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

Para isso, estão inseridos como objetivos estratégicos a serem endereçados na análise do portfólio de investimentos ao longo do tempo, o manejo sustentável da produção com redução dos impactos ambientais, práticas que gerem resultados para a redução da emissão de gases de efeito estufa, combate ao desmatamento, preservação de biomas, ecossistemas e recursos hídricos, consubstanciados na proteção da biodiversidade e dos recursos naturais.

Social: evoluir as tradicionais estratégias de investimento baseadas no binômio risco vs retorno para que passem a considerar um novo pilar, alicerçado nas expectativas dos proprietários de ativos para impacto social positivo no mundo real. Desta forma, busca-se a incorporação dos aspectos sociais na análise de investimentos, com um novo trinômio risco, retorno e realidade.

Sendo assim, o objetivo é promover uma transição socioeconômica justa por meio do engajamento ativo dos investidores institucionais junto às empresas do portfólio em programas de equidade de raça e gênero, combate a qualquer tipo de discriminação, igualdade de oportunidades, respeito aos direitos humanos, às comunidades e aos povos originários, quando aplicável.

Governança: estimular a propriedade ativa (*Stewardship*) e o engajamento dos investidores (*Active Ownership*) junto às empresas investidas, em linha com o dever fiduciário e com o desenvolvimento de elevados padrões nos fundamentos de governança em temas como transparência (*Disclosure*), prestação de contas (*Accountability*), conformidade (*Compliance*) e equidade (*Fairness*).

A evolução dos padrões de governança se materializa em iniciativas e documentos complementares, principalmente no Código Previ de Melhores Práticas ASGI, no Código Abrapp de Autorregulação em Governança Corporativa e de Investimentos, entre outros.

Integridade: reconhecer a importância do relacionamento com os diversos *stakeholders*, incentivando que adotem ações de prevenção e combate a atos ilegais, ilegítimos ou de corrupção, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, promovido pelo Instituto Ethos.

A Previ adota medidas que têm por objetivo prevenir possíveis práticas de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e corrupção e estimula a adoção de programas de integridade efetivos nas empresas e empreendimentos onde possui participação. Neste sentido, na concretização dos seus investimentos, a Previ somente admite transações financeiras com contrapartes que possuem conta bancária no Brasil, exceto nos casos em que seja comprovada a existência de domicílio comercial no exterior e em nome da contraparte da operação.

Na avaliação de novos investimentos, devem ser considerados os registros constantes no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantidos pela Controladoria Geral da União. Além disso, deve-se observar o cadastro de empregadores publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em relação aos casos de condenações administrativas por uso de mão de obra em condições análogas à de escravidão e as informações disponíveis em sites de empresas, relatórios anuais, formulários de referência e informações repassadas por gestores de carteiras terceirizadas.

3.1. MUDANÇAS CLIMÁTICAS: ESTRATÉGIA PREVI

A estratégia da Previ como investidor institucional de longo prazo determina como os riscos e as oportunidades oriundos das mudanças climáticas são gerenciados. A Previ busca gerenciar riscos e capturar oportunidades de investimentos sólidos, observando oportunidades de alocação, considerando os aspectos ASGI. Neste sentido, destaca-se o papel do Comitê de Sustentabilidade

e Melhores Práticas ASGI, que tem por objetivo discutir, avaliar e propor ações de sustentabilidade e melhores práticas ASGI, sob a ótica de riscos ou oportunidades, tendo como base a Política de Sustentabilidade e Melhores Práticas ASGI e o Plano Diretor de Sustentabilidade da Previ.

O risco climático possui características que estão associadas a grande incerteza. A mitigação e a adaptação às mudanças climáticas também estão associadas a oportunidades econômicas significativas.

Nossos investimentos estão expostos a dois tipos de risco climático: risco físico e risco de transição. O risco climático físico decorre das alterações resultantes das mudanças associadas aos padrões climáticos. Há também incertezas em torno de pontos de inflexão no sistema climático que, quando excedidos, podem levar a mudanças irreversíveis.

Os riscos de transição são gerados pelas mudanças econômicas e sociais em direção a uma economia de baixo carbono. Eles podem resultar de alterações de políticas para atingir os objetivos climáticos, mas também podem derivar de novas tecnologias ou da mudança de comportamento dos consumidores.

Nesse contexto, foi criado um indicador-chave de risco (“*Key Risk Indicator*” ou “KRI”) que pudesse abordar o risco climático e seus impactos nas empresas investidas na carteira de renda variável dos planos de benefícios da Previ, incorporando os indicadores de emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), o CDP Score e o *Implied Temperature Rise* (“ITR”) do CDP. O Conselho Deliberativo da Previ aprova a metodologia da Matriz de Riscos Corporativos, que engloba o risco climático e seu resultado é divulgado semestralmente.

A Previ entende que os gases de efeito estufa emitidos pelas empresas do portfólio podem gerar risco de transição. Além disso, essas emissões também podem afetar negativamente outras empresas da carteira e a economia em geral.

O inventário de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) da Previ foi divulgado no evento anual do Programa Brasileiro GHG *Protocol* (PBGHG) ciclo 2022. A Previ foi a primeira Entidade Fechada de Previdência Complementar brasileira a medir e publicar sua pegada de carbono. Com base nesse levantamento e de forma estratégica, foram realizadas ações de engajamento com as empresas do portfólio, buscando metas líquidas zero, planos de transição e/ou reduções de emissões.

A visão da Previ é que o engajamento é a principal ferramenta para gerenciar a exposição ao risco climático da carteira. A forma como as empresas respondem

e se preparam para as mudanças climáticas influenciará até que ponto o portfólio da instituição será afetado.

Esse trabalho de divulgação e engajamento reforça o protagonismo da Previ frente às ações a serem buscadas no decorrer da próxima década para o cumprimento da sua Política de Sustentabilidade e melhores práticas ASGI, em consonância com os desafios do Acordo de Paris e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Dessa forma, busca-se elevar os padrões do mercado onde a Previ atua, fomentando parcerias e expandindo interações com os fundos de pensão e demais *stakeholders*. A interação com as empresas do portfólio e a experiência analítica adquirida são relevantes para construir conhecimento e avaliar riscos e oportunidades climáticas.

3.2 DIRETRIZES ASGI

I. Análise, alocação de recursos e gestão de ativos: deve-se priorizar investimentos que se destaquem pela adoção das melhores práticas de governança corporativa e por ações ambientais, sociais e de integridade, em consonância com os Princípios para o Investimento Responsável - PRI, com o Código Previ de Melhores Práticas ASGI, com o Guia Previ de Melhores Práticas ASGI em Investimentos, com o Código Previ de Melhores Práticas de Governança Corporativa em Empreendimentos de Base Imobiliária, com a Política de Integridade da Previ e com os Guias de Melhores Práticas para Fundos de Pensão da Previc. Essas diretrizes devem ser observadas tanto no âmbito da gestão própria, quanto no âmbito da gestão terceirizada de carteiras da Previ.

II. Melhores práticas de integridade: a Previ deve envidar esforços junto aos mercados financeiro e de capitais a fim de que as empresas, com destaque para as listadas em seus índices teóricos, adotem boas práticas de investimento responsável e programas de integridade efetivos.

III. Rating ASGI: quando aplicável, a área responsável pela análise dos investimentos deverá observar o Rating ASGI elaborado pela Previ.

IV. Aspectos ASGI na análise de empresas: deve-se priorizar investimentos em empresas que tenham como prática, ou que estejam de fato empenhadas em incorporar, os princípios ambientais, sociais, de

governança e de integridade, em consonância com os Princípios para o Investimento Responsável - PRI, como por exemplo:

(a) Nível de governança da B3: deve-se priorizar investimentos em empresas listadas nos segmentos especiais de governança da B3 ou que estejam em processo de adesão a estes.

(b) Prática de governança corporativa: deve-se priorizar investimentos em empresas que se enquadrem nos critérios contidos no Código Previ de Melhores Práticas ASGI, respeitando-se as diretrizes estabelecidas: I) Ambiental; II) Mudanças Climáticas; III) Social, IV) Governança e V) Integridade.

(c) Propriedade ativa: engajar, seja de forma isolada ou conjuntamente, as empresas investidas mais relevantes, de modo a evoluir nas estratégias, iniciativas e práticas ASGI, com ênfase na transição energética, redução na pegada de carbono, combate às mudanças climáticas, bem como na proteção aos direitos humanos e na inclusão social em suas estruturas organizacionais e nas comunidades potencialmente impactadas por suas atividades.

(d) Diversidade: buscar nas empresas do portfólio o desenvolvimento de políticas de diversidade, sobretudo de gênero e raça, notadamente nas instâncias decisórias de governança, nos cargos de gestão e liderança.

V. Aspectos ASGI: além dos critérios elencados no item IV anterior e em consonância com a Política de Sustentabilidade e Melhores Práticas ASGI da Previ, deve-se incentivar o engajamento das empresas acompanhadas pela Diretoria de Participações, não somente, mas também por meio do estímulo aos seguintes aspectos:

(a) Adesão a pactos, movimentos, iniciativas, entidades ou organizações externas focadas em questões de Sustentabilidade, como: i) *Carbon Disclosure Project* - CDP; ii) Pacto Global; iii) Instituto Ethos; iv) Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 - ISE; v) Índice *DowJones* de Sustentabilidade; vi) Princípios do Equador; vii) Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção e x) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS;

(b) Obtenção e divulgação de Políticas ASGI ou de Sustentabilidade, levando-se em consideração, entre outros aspectos, a relação com consumidores, clientes, fornecedores, diversidade, gestão ecoeficiente, investimentos responsáveis e desenvolvimento regional sustentável, com ações relacionadas preferencialmente à atividade fim da empresa;

(c) Integridade e Ética - informações a respeito da participação das empresas analisadas quanto à adoção e desenvolvimento de programa com ações voltadas à prevenção, combate e remediação de atos de fraude e corrupção. Adoção de boas práticas em integridade, como por exemplo: programa de integridade estruturado; diretrizes e padrões de conduta aplicáveis a todos os funcionários e dirigentes (código de ética e conduta e/ou política de integridade); regras para avaliação de práticas de ética e integridade em sua cadeia de valor; instituição de canal de denúncia (confidencial, independente e com preservação do anonimato); adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção;

(d) Elaboração e divulgação do Manual de Participação em Assembleias.

VI. Fundos de Investimentos: em consonância com a Política de Sustentabilidade da Previ e com os demais aspectos ASGI descritos nesta Política, deve-se estimular a adoção de critérios socioambientais e de integridade na avaliação e seleção dos investimentos a serem realizados pelos diversos tipos de fundos de investimentos que a Previ possua ou venha a adquirir cotas.

VII. Gestores dos fundos: deve-se priorizar investimentos em gestores que se destaquem pela transparência na administração e pela adoção das melhores práticas de governança corporativa e de investimento responsável, como por exemplo: a divulgação aos cotistas de alterações relevantes da participação dos gestores no fundo; a prestação de contas periódica sobre o desempenho e aspectos ASGI dos investimentos; a elaboração de um regulamento com regras claramente definidas e; quando couber, a subscrição de cotas pelo gestor para alinhamento de interesses.

VIII. Seleção de investimentos e gestores externos: na seleção e na contratação de gestores externos, devem ser levados em consideração os critérios ASGI, dando-se preferência àqueles que sejam signatários do PRI; que tenham incorporado, ou estejam incorporando boas práticas de responsabilidade ambiental, social, de governança e de integridade na seleção e gestão de ativos; com ações voltadas à prevenção, combate e remediação de atos de fraude e corrupção e que consideram nos seus processos de seleção de investimentos, práticas de integridade.

(a) Deve-se observar, na análise do investimento, se os gestores estão empenhados em adotar ações de prevenção, combate e remediação de atos de fraude e corrupção e se adotam boas práticas de integridade, como por exemplo: programa de integridade estruturado;

diretrizes e padrões de conduta aplicáveis a todos os funcionários e dirigentes (código de ética e conduta e/ou política de integridade); regras para avaliação de práticas de ética e integridade em sua cadeia de valor; instituição de canal de denúncia (confidencial, independente e com preservação de anonimato); adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção.

(b) Deve-se incentivar a adesão dos gestores a iniciativas, pactos, movimentos e ações voltadas ao investimento responsável.

IX. Investimentos Imobiliários – Carteira Própria: observar, no que couber ou for possível, o Guia Abrapp de Melhores Práticas em Avaliação Imobiliária para operações de investimentos, venda, locação e reavaliação patrimonial dos ativos imobiliários. Orientar a adoção de padrões de governança corporativa, em sintonia com o Código Previ de Melhores Práticas de Governança Corporativa em Ativos de Base Imobiliária.

(a) Considerando o interesse da Previ que seus investimentos se destaquem por ações de responsabilidade ambiental, social e de integridade, em consonância com os Princípios para o Investimento Responsável (PRI) e com a Política de Sustentabilidade, nos Empreendimentos de Base Imobiliária é recomendável o incentivo à existência de um Programa de Gestão Ecoeficiente com adoção de tecnologias ambientais, com foco em eficiência de energia, priorizando sempre que possível fontes de energia renovável, conservação de água, reciclagem de material e criação de áreas verdes, além do incentivo às ações urbanísticas e sociais no entorno dos empreendimentos; o empenho por boas condições de trabalho, zelando pela segurança e com compromisso pelas melhores práticas de gestão de pessoas; a busca pela adaptação dos imóveis, com o objetivo de garantir a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais; a adoção de aspectos ASGI no processo de avaliação de locatários e a adoção de certificações relativas à área imobiliária.

(b) Integridade e ética: deve-se estimular a adoção de boas práticas de integridade, com ações voltadas à prevenção, combate e remediação de atos de fraude e corrupção. Além disso, devem ser levados em consideração critérios de integridade para avaliação de contraparte da operação (comprador), sócios e parceiros como, por exemplo, registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantidos pela Controladoria Geral da União.

X. Desinvestimentos: deve-se priorizar desinvestimentos em empresas que não atendam a padrões mínimos de ASGI. Adicionalmente, outros critérios poderão ser considerados em razão das peculiaridades de cada ativo, de acordo com a carteira gerencial na qual está enquadrado.

(a) Recomenda-se abordagem ativa em empresas que apresentem ocorrências negativas ou lacunas em suas práticas ASGI, quando couber ou for necessário, antes de eventual decisão pela retirada dos recursos investidos. Desinvestir unilateralmente tende a ser uma estratégia ineficaz para alcançar objetivos corporativos de boas práticas ASGI, uma vez que a consequência usual é frequentemente a mera transferência de propriedade de ativos alienados de um investidor para outro. Os investidores que desinvestem sem tentar engajar previamente perdem sua capacidade como acionistas de influenciar a empresa a agir com responsabilidade ou mesmo evoluir em suas atividades corporativas.

XI. Vedações (filtragem negativa)

A Previ, em linha com sua filosofia de investimentos e com as melhores práticas ASGI, adota vedações de investimentos (filtragem negativa) para as seguintes situações:

(a) Fumo e armas - é vedada a aquisição direta de ativos de empresas que tenham como atividade principal a comercialização de fumo e/ou armas.

(b) Rating ASGI – restrições para novas aquisições de ativos que obtiverem rating ASGI com nota final 'F', conforme Metodologia de Avaliação das Práticas ASGI, publicada no Referencial Normativo, observando as seguintes regras:

- i. Caso o ativo pertença ao índice B3/*benchmark* da carteira gerencial: vedação para posições superiores ao seu respectivo peso no índice. O ativo poderá figurar na carteira gerencial somente até seu limite de participação no índice com objetivo de eventual busca por indexação ao *benchmark*;
- ii. Caso o ativo não pertença ou seja retirado do índice B3/*benchmark* da carteira gerencial: vedação para novas compras e priorizar desinvestimento conforme Diretrizes ASGI;

- iii. Vedação para novas compras de títulos privados emitidos pela empresa e priorizar desinvestimento conforme Diretrizes ASGI.

4. DIRETRIZES GERAIS

Os seguintes aspectos devem ser observados no processo de análise de investimentos, desinvestimentos e gestão de ativos:

- I. Aderência às normas gerais e específicas que regem as EFPCs e aos regulamentos internos da Previ.
- II. Aderência às diretrizes estabelecidas pela Política de Governança de Investimentos da Previ.
- III. Aderência aos Princípios e Diretrizes Gerais ASGI das Políticas de Investimentos.
- IV. Aderência às diretrizes estabelecidas pela Metodologia de Habilitação e Monitoramento de Administradores de Carteiras, ou documento que venha substituí-la.
- V. Aderência às melhores práticas de mercado para EFPCs.

Os seguintes aspectos devem ser observados no processo de análise de investimentos, desinvestimentos e gestão de ativos, não devendo ser considerados, isoladamente, como restritivos à tomada de decisão, desde que devidamente fundamentada:

- VI. Aderência às premissas básicas de cada plano de benefícios da Previ e às perspectivas de retorno e de risco dos segmentos de investimentos.
- VII. Identificação e evidenciação dos principais riscos inerentes às operações financeiras e aos ativos analisados, avaliando-se os impactos nas carteiras e nos segmentos de investimentos aos quais os ativos pertencem.

- VIII. Avaliação dos riscos de conformidade das operações, no âmbito das atribuições que competem às respectivas áreas que compõem as linhas de defesa do controle interno.
- IX. Avaliação da concentração em ativos financeiros, empresas ou setores da economia, tendo como referência os critérios descritos neste documento e nas recomendações do Guia de Melhores Práticas de Investimentos da Previc.
- X. Devem ser considerados os impactos nas projeções do fluxo de caixa e indicadores de liquidez dos planos de benefícios, ficando condicionado à disponibilidade de recursos, frente às obrigações atuariais.
- XI. No que couber, deve-se observar os riscos associados ao setor econômico ao qual o ativo pertence.

Neste sentido, as análises devem considerar a classificação de risco de exposição setorial estabelecida pela Matriz de Atratividade Setorial ou por instrumento de mitigação de risco de concentração setorial que a complemente ou a substitua.

No processo de análise de novos investimentos, as propostas devem apresentar estudo de sensibilidade das principais variáveis macroeconômicas sobre o investimento, utilizando-se projeções de indicadores macroeconômicos e cenários alternativos estimados pela Previ, bem como diferentes taxas de desconto.

- XII. O apreamento de ativos para investimentos e desinvestimentos deve ser realizado com base em premissas macroeconômicas definidas pela Previ, especificando-se a metodologia utilizada para o cálculo do valor do ativo.
- XIII. Critérios de diversificação da alocação de recursos entre administradores/gestores externos/emissores e setores econômicos, como um instrumento de mitigação de riscos.

5. PREMISSE BÁSICA

Como plano de benefício definido (BD), a liquidez é o aspecto mais relevante a ser considerado na gestão dos ativos, em função do nível de maturidade do plano. Neste sentido, as decisões de investimentos e desinvestimentos devem estar condicionadas à disponibilidade de recursos frente às obrigações atuariais.

6. ÍNDICE DE REFERÊNCIA ► INPC + 4,75% a.a.¹

(¹) A meta atuarial poderá ser modificada em função de estudo atuarial, após a aprovação das Políticas de Investimentos.

7. MACROALOCAÇÃO

Limites para 2025	Mínimo	Alvo	Máximo
Renda fixa	53,33%	62,74%	78,43%
Renda variável	23,58%	27,74%	31,90%
Estruturado	0,00%	0,13%	0,26%
Imobiliário	3,43%	5,72%	8,01%
Operações com participantes	0,00%	3,04%	6,08%
Exterior	0,00%	0,63%	1,89%

8. OBJETIVOS PARA CADA SEGMENTO DE INVESTIMENTO

Segmento	Objetivo
Renda fixa	Constituição da liquidez necessária ao cumprimento das obrigações atuariais do plano, o aproveitamento de oportunidades do mercado e a realização de retornos mais estáveis.
Renda variável	Adequação do perfil dos ativos à obtenção de retorno acima dos índices acionários no longo prazo, em linha com as obrigações atuariais do plano.
Estruturado	Conjugar a diversificação dos ativos do plano com a elevação dos retornos no longo prazo.
Imobiliário	Proporcionar diversificação, fluxos (aluguéis e dividendos) e retornos aderentes aos objetivos do plano.
Operações com participantes	Disponibilizar opções de empréstimos e financiamentos aos participantes, considerando o equilíbrio e a solvência do plano e a correlação com o passivo atuarial, além de representar uma opção de diversificação com baixa volatilidade.
Exterior	Diversificação dos investimentos entre mercados, setores econômicos e tipos de moedas, como forma de mitigação de riscos, além de proporcionar exposição a megatendências e a teses de investimentos pouco acessíveis no mercado doméstico.

9. SEGMENTOS DE INVESTIMENTO

Os índices de referência definidos para medir o desempenho dos segmentos de investimentos e das respectivas carteiras gerenciais são considerados como parâmetros mínimos a serem observados, sendo medidos em termos anuais (a.a.). Entende-se que a gestão dos segmentos e das carteiras deve ser ativa e orientada para a busca de resultados superiores aos apresentados pelos índices de referência.

Segmento	Meta de rentabilidade	Métrica de desempenho	Limites de risco	Métrica de desempenho
Renda fixa	Meta atuarial + 0,25%	Comparação entre a meta de rentabilidade e o retorno auferido no ano, em 12 e 36 meses.	TE ^(*) de 0,70% em relação à meta de rentabilidade	Apuração mensal acumulada em 12 e 36 meses
Renda variável	Ibovespa + 0,50%	Comparação entre a meta de rentabilidade e o retorno auferido no ano, em 12 e 36 meses.	120% do VaR diário do IBOV / Retorno Ajustado ao Risco no Capital (Raroc) maior ou igual ao Raroc do IBOV ^(**)	Janela histórica de 504 dias úteis e intervalo de confiança de 99%.
Estruturado	INPC + 7,00%	Comparação entre a meta de rentabilidade e o retorno auferido no ano, em 12 e 36 meses.	TE de 4,00% em relação à meta de rentabilidade	Apuração mensal acumulada em 12 meses.
			TE de 4,25% em relação à meta de rentabilidade	Apuração mensal acumulada em 36 meses.
Imobiliário	INPC + 7,00%	Comparação entre a meta de rentabilidade e o retorno auferido no ano, em 12 e 36 meses.	TE de 1,15% em relação à meta de rentabilidade	Apuração mensal acumulada em 12 meses.
			TE de 1,25% em relação à meta de rentabilidade	Apuração mensal acumulada em 36 meses.
Operações com participantes	Meta atuarial	Comparação entre a meta e o retorno auferido no	TE de 0,30% em relação à meta de rentabilidade	Apuração mensal acumulada em 12 meses.

		ano e em 12 meses.		
Exterior	<i>MSCI world index</i> + variação cambial	Comparação entre a meta de rentabilidade e o retorno auferido no ano, em 12 e 36 meses.	TE de 3,50% em relação à meta de rentabilidade	Apuração mensal acumulada em 12 meses.
			TE de 3,00% em relação à meta de rentabilidade	Apuração mensal acumulada em 36 meses.

(*) TE - *tracking error*.

(**) O RAROC (*Risk Adjusted Return On Capital*) é a medida que exprime o risco não paramétrico ajustado pelo retorno de capital.

10. LIMITES DE ALOCAÇÃO (MESOALOCAÇÃO)

Os limites de alocação por carteira referem-se à participação relativa de cada carteira em relação ao seu respectivo segmento de investimento.

10.1. RENDA FIXA

Limites de alocação por carteira	Mínimo	Máximo
Caixa	0,00%	18,00%
Títulos públicos mantidos até o vencimento	0,00%	90,00%
Títulos públicos para negociação	0,00%	70,00%
Títulos privados <i>high grade</i> IPCA	0,00%	5,00%
Títulos privados <i>high grade</i> DI	0,00%	5,00%
Títulos privados <i>high yield</i>	0,00%	- (*)
Fundos de investimentos em renda fixa	0,00%	10,00%
Certificados de recebíveis do agronegócio	0,00%	5,00%

(*) Definida conforme análise de risco.

10.2 RENDA VARIÁVEL

Limites de alocação	Mínimo	Máximo
Renda variável ativa	0,00%	100,00%

10.3 ESTRUTURADO

Limites de alocação	Mínimo	Máximo
<i>Private equity</i>	0,00%	70,00%
Fundos de investimento multimercado	0,00%	100,00%
Certificados de operações estruturadas	0,00%	5,00%

10.4 IMOBILIÁRIO

Limites de alocação	Mínimo	Máximo
Carteira própria	0,00%	100,00%
Carteira desinvestimentos	0,00%	50,00%
Fundos de investimento imobiliário	0,00%	30,00%
Certificados de recebíveis imobiliários	0,00%	5,00%

10.5 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Limites de alocação	Mínimo	Máximo
Empréstimos a participantes e assistidos	30,00%	100,00%
Financiamentos imobiliários a participantes e assistidos	0,00%	70,00%

10.6 EXTERIOR

Limites de alocação	Mínimo	Máximo
Investimentos no exterior	0,00%	100,00%

11. DIRETRIZES PARA OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

Objetivo e justificativa: o mercado de derivativos tem como função oferecer aos agentes econômicos mecanismos de proteção contra o risco de variação de preços de determinada mercadoria, ativo, taxa ou moeda. Portanto, podem ser instrumentos adequados para promover maior aderência e efetiva proteção dos investimentos de um fundo de pensão.

Os objetivos para utilização de derivativos são:

- (a) Reduzir riscos dos investimentos das carteiras contra oscilações de mercado que possam prejudicar seu desempenho e/ou aumentar a eficiência da gestão de ativos.
- (b) Gerenciar o risco de mercado, inclusive nas variações ao longo do dia (intraday).
- (c) Proteger posições, utilizando um ou mais instrumentos derivativos, com objetivo de minimizar possíveis perdas.

A Resolução CMN 4.994/22 permite a realização de operações com derivativos, observadas as regras vigentes, se concentrando em como definir os limites de atuação com esse tipo de instrumento. A atual Resolução prevê alguns parâmetros gerais para utilização de derivativos, tais como:

- (a) A avaliação prévia dos riscos envolvidos.
- (b) Existência de sistemas de controles internos adequados às suas operações.
- (c) Registro da operação ou negociação em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros.
- (d) Atuação de câmaras e prestadoras de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação.
- (e) Depósito de margem limitado a 15% (quinze por cento) da posição em ativos financeiros aceitos pela Clearing.

- (f) Valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5% (cinco por cento) da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira e ações da carteira de cada plano ou fundo de investimento.
- (g) É vedado manter posições em mercados derivativos, diretamente ou por meio de fundo de investimento a descoberto ou que gerem possibilidade de perda superior ao valor do patrimônio da carteira ou do fundo de investimento ou que obriguem ao cotista aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo (artigo 36, item VII da Resolução CMN 4.994/22).
- (h) A vedação que consta no item “g” anterior não se aplica aos fundos multimercado (FIM e FICFIM), classificados no segmento estruturado, desde que haja previsão de utilização de derivativos nos regulamentos desses fundos e que sejam observadas as orientações do Guia de Melhores Práticas em Investimentos da Previc.

Além dessas diretrizes, a Previc preconiza em seu Guia de Melhores Práticas em Investimento para Fundos de Pensão que a EFPC realize operações com derivativos, observadas as regras vigentes, sendo prevista sua utilização como instrumento de hedge. A Política de Investimentos, em linha com a legislação, também prevê a utilização de derivativos como instrumento de proteção (hedge).

12. GLOSSÁRIO

ASGI – representam boas práticas de responsabilidade ambiental, social, de governança e de integridade.

CDI (Certificados de Depósito Interbancário) - taxa com lastro em operações realizadas entre instituições bancárias.

Clearing - realiza o registro, aceitação, compensação, liquidação e gerenciamento do risco de contraparte de operações do mercado de derivativos financeiros, de commodities e de renda variável, dos mercados à vista de ouro, de renda variável e de renda fixa privada, realizadas em mercado de bolsa e em mercado de balcão organizado, bem como de operações de empréstimo de ativos.

CMN - Conselho Monetário Nacional.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

ETF (*Exchange Traded Fund*) - fundos de investimentos negociados em bolsa que replicam o desempenho de um índice de referência.

FIM - Fundos de Investimento Multimercado.

FICFIM - Fundos de investimento em cotas de Fundos de Investimento Multimercado.

Ibovespa (IBOV) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

ISE - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial.

MSCI *World Index* - é um índice global de ações que representa o desempenho das ações de empresas de médio e grande porte de diversos países.

Perfil de risco - nível atual de risco assumido pelo plano de benefícios.

Rating - classificação de risco de empresas e de governos determinada por uma agência internacional.

Rating ASGI - ferramenta de análise ASGI com métricas para atribuição de rating ASGI para empresas selecionadas de forma a evidenciar suas fragilidades e fortalezas, monitorar seu desenvolvimento nos temas mais relevantes para a Previ e subsidiar os processos das áreas internas intervenientes.

Stakeholders – partes interessadas. Grupos ou indivíduos, para os quais seja razoável esperar que sejam substancialmente afetados pelas atividades dos negócios, pelos produtos ou pelos resultados da organização; ou as ações desses, para as quais seja razoável esperar que possam afetar substancialmente a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo. As partes interessadas (*stakeholders*) podem abranger provedores de capital financeiro, empregados, clientes, fornecedores, parceiros comerciais, comunidades locais, ONGs, grupos ambientalistas, legisladores, reguladores e formuladores de políticas.

TE (*tracking error*) - métrica utilizada para calcular o desvio padrão entre o benchmark e o retorno do portfólio de investimentos.

TMS (Taxa Média Selic) - taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no SELIC, praticada nas operações compromissadas por um dia, tendo como lastro títulos públicos federais, estaduais e municipais negociados no mercado secundário.